

direito penal:

→ ilicitude ou antijuridicidade:

- conceito: é a contrariedade do fato ao ordenamento jurídico.

- consentimento do ofendido: requisitos: bem jurídico disponível; momento do consentimento: até a consumação do crime; e capacidade p/ consentir: em regra aos 18 anos.

consequências: se o dissenso da vítima for elemento do tipo, haverá a exclusão da tipicidade; se o dissenso da vítima não for elemento do tipo, haverá a exclusão da ilicitude.

SÚMULA 598 STJ → irrelevância do consentimento no caso de vítima vulnerável.

- causas de exclusão da ilicitude: 1- previstas na parte geral do CP: não há crime quando o agente pratica o fato em: estado de necessidade, em legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito; 2- Exemplo previsto na parte especial do CP: não constituem injúria ou difamação puníveis: a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador; a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar; o conceito desfavorável emitido por funcionário público; 3- Exemplo na legislação especial: não é crime o abate animal, quando realizado: em estado de necessidade, p/ saciar a fome do agente e sua família; p/ proteger lavouras e por ser nocivo o animal.

→ Estado de Necessidade: art. 24 CP

a) Requisitos:

1- situação de perigo: perigo atual: é o perigo presente, que está ocorrendo, ameaça a direito próprio ou alheio: todos os bens jurídicos; situação não causada voluntariamente pelo agente e inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.

2- fato lesivo: inevitabilidade da prática do fato lesivo: deve-se verificar se o agente tinha a possibilidade de salvaguardar o direito sem praticar a conduta lesiva; proporcionalidade: bem de maior valor prefere a bem de menor valor.

___/___/___
b) Espécies: estado de necessidade próprio e de terceiro; estado de necessidade real e putativo e estado de necessidade agressivo e defensivo.

c) Teorias: 1- unitária e 2- diferenciadora

d) redução de pena: pode ser reduzida de 1 a 2/3.